



A REALIDADE E AS POTENCIALIDADES DO TERRITÓRIO FRONTEIRIÇO DE MATO GROSSO DO SUL PELA ÓTICA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DO PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E SISTEMAS PRODUTIVOS (PPGDRS)¹

Claudia Vera Silveira

Eliana Lamberti

Rosele Marques Vieira

Resumo: O objetivo deste trabalho reflexivo é destacar a importância das pesquisas promovidas junto ao PPGDRS sob a ótica da dinâmica territorial e econômica do município fronteiro de Ponta Porã. Para contemplar tal objetivo, as escolhas metodológicas corresponderam, inicialmente, a identificação dos principais fatos históricos, econômicos e institucionais que direcionaram ou influenciaram a dinâmica territorial local. Em um segundo momento, foi realizado o levantamento, classificação e análise das temáticas pesquisadas na perspectiva dos discentes do programa. Os resultados indicam que a presença do PPGDRS no município contribui com o desenvolvimento regional por meio da formação de capital humano e intelectual que valoriza a diversidade cultural, histórica, ambiental e o potencial dos sistemas produtivos. E para além disso, promove uma discussão renovada sobre o território fronteiro, distanciando-se um pouco do âmbito da segurança pública e com olhares voltados para uma fronteira como cotidiano, como lugar de vivências, lugar trocas de experiências, lugar de aprendizagem e capacitação.

Palavras-chaves: pesquisa, dinâmica fronteira, território de Ponta Porã.

Introdução

A geografia e a história econômica de Mato Grosso do Sul estão vinculadas à sua condição de fronteira internacional com uma porção do território do Paraguai e outra da Bolívia. Entre os 79 (setenta e nove) municípios sul-mato-grossenses, 44 (quarenta e quatro) estão localizados na faixa ou zona de fronteira. Ponta Porã é um destes e possui uma singularidade

¹ Artigo apresentado no XI Seminário Internacional de Desenvolvimento Regional/SIDR (setembro, 2023). Aguardando publicação nos Anais do Evento. <https://www.unisc.br/site/sidr/pages/anais.html>



por ser cidade gêmea² com Pedro Juan Caballero, capital do departamento de Amambay. Ambas dividem o mesmo espaço urbano, porém, com a presença de dois estados nacionais, Brasil de um lado e Paraguai, do outro. A partilha cotidiana se refere também às relações produtivas, comerciais, históricas, culturais e afetivas.

Embora o noticiário e a atenção pública, com frequência, enfatizem a realidade na perspectiva da segurança pública, do contrabando e do narcotráfico; os desafios e as potencialidades deste território estão presentes em muitas reflexões acadêmicas que buscam enaltecer as oportunidades, possibilidades e riquezas locais.

É no contexto da importância geoeconômica e histórico-cultural desta fronteira, que no ano de 2014 é implantado, na Unidade Universitária de Ponta Porã (UUPP) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), o Programa de Pós Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos (PPGDRS) vinculado à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) junto à Área de Planejamento Urbano e Regional, e Demografia (PLURD). O programa busca fomentar análises do desenvolvimento regional na sua dimensão econômica, social e ambiental, bem como relaciona os aspectos históricos de formação das distintas regiões e associa com a evolução das formas de organização das sociedades para a produção de bens e serviços. A ênfase concentra-se em duas linhas de pesquisa, a saber: Dinâmicas do Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos. A primeira tem por objeto investigar a dinâmica do desenvolvimento na sua perspectiva socioeconômica e ambiental, buscando uma relação histórica com a evolução cultural e territorial da sociedade, tendo como referência as influências de processos migratórios peculiares à região fronteiriça do Mato Grosso do Sul. A segunda linha tem por escopo estudar os sistemas produtivos em seus aspectos de gestão, como interações entre homem, ambiente e sociedade para a produção de bens e serviços e entender o seu desenvolvimento no intuito de contribuir para a melhoria social, econômica e ambiental de um determinado espaço regional e local. Inclui também o estudo das mudanças estruturais da sociedade, a dinâmica dos mercados e a formulação de políticas econômicas.

² Para Machado (2005, p. 260) cidades-gêmeas formam “adensamentos populacionais cortados pela linha de fronteira – seja esta seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura, que apresentam grande potencial de integração econômico e cultural”. Ao todo são 29 cidades-gêmeas no Brasil. Em Mato Grosso do Sul, além de Ponta Porã, são caracterizadas cidades-gêmeas Bela Vista, Coronel Sapucaia, Corumbá, Mundo Novo, Paranhos e Porto Murtinho.



Portanto, as próximas páginas buscam refletir sobre os desafios para o desenvolvimento regional fronteiriço e destacar a importância das pesquisas promovidas junto ao PPGDRS sob a ótica da dinâmica de Ponta Porã.

As escolhas metodológicas corresponderam, inicialmente, a identificação dos principais fatos históricos, econômicos e institucionais que direcionaram ou influenciaram a dinâmica territorial local. Tais fatos derivaram da leitura das principais teses e publicações sobre a Formação Econômica do Mato Grosso do Sul³. Na sequência, foi elaborado um quadro síntese que apresenta a cronologia⁴ destes fatos. Paralelamente, algumas informações derivadas do processo de autoavaliação do curso e as pesquisas (dos egressos) concluídas (dissertações) foram organizadas, sistematizadas e mapeadas a partir da linha de pesquisa, das palavras-chaves e da abrangência geográfica do tema pesquisado.

O resultado desse esforço reflexivo está organizado em dois momentos. O primeiro concentra-se na descrição e análise dos fatos mais relevantes para a dinâmica territorial e econômica desta fronteira, e o segundo enaltece a contribuição das dissertações para a compreensão desta realidade e para a proposição de políticas públicas e iniciativas privadas que promovam o desenvolvimento regional.

Da formação histórico-econômica de Mato Grosso do Sul para a dinâmica territorial de Ponta Porã

A singularidade territorial do município de Ponta Porã pode ser exemplificada por sua altitude: 775 metros acima do nível do mar que lhe confere a incidência de temperaturas mais baixas no período do inverno, como também, a frequência de amplitudes térmicas significativas. A Princesa dos Ervais já ultrapassou a marca de um século de fundação (em 2023 completa 111 anos) e apresenta densidade demográfica na ordem de 14,61 hab./km².

A pauta produtiva local acompanha a dinâmica econômica do Mato Grosso do Sul que está baseada, principalmente, no setor agropecuário e, também, no setor de serviço. A condição

³ Em sua maioria, são da área da Geografia e História. O curso de graduação de Ciências Econômicas, também ofertado na UUPP, possui em sua grade curricular uma disciplina com esta designação.

⁴ Esta cronologia faz parte da contribuição das autoras junto ao projeto da Secretaria Municipal de Educação de Ponta Porã e da Fundação de Cultura e Esportes (FUNCESPP) intitulado “Faça parte desta História” alusivo às comemorações do aniversário do município no ano de 2023. O projeto enfatizou a linha temporal a partir de 1960.

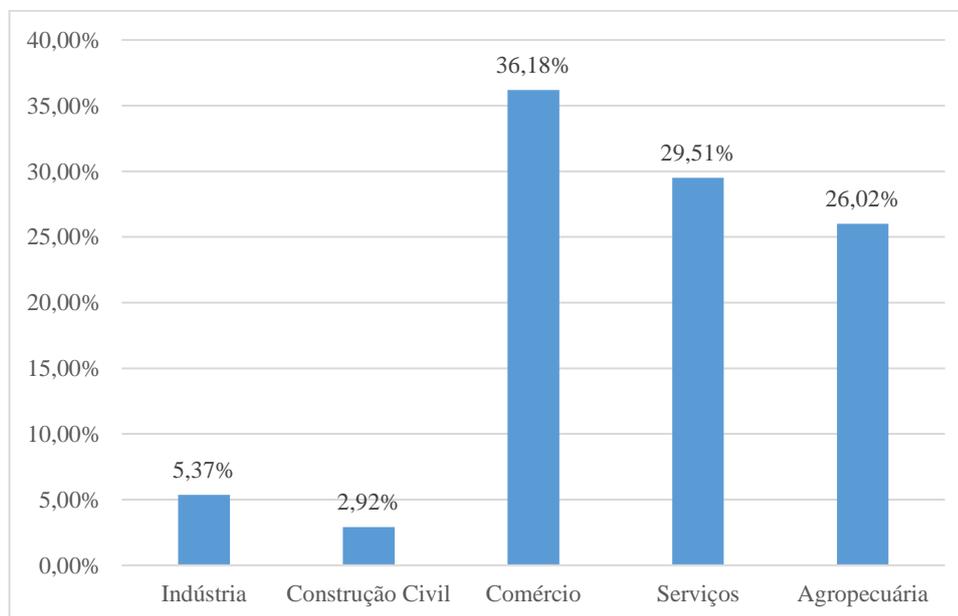


de fronteira internacional proporciona uma especialização no turismo de compras que é possibilitado pelo comércio de reexportação⁵ existente em Pedro Juan Caballero.

O Produto Interno Bruto (PIB) do Município de Ponta Porã, em 2021, foi de aproximadamente R\$ 4,2 bilhões dos quais 38% deriva do setor agropecuário, 36% do setor de serviços, 16% da administração pública e 7,7% do setor industrial. E ainda, corresponde a 3,5% do PIB estadual e está entre as cinco maiores cidades em se tratando do contingente populacional (aproximadamente 95 mil habitantes), sem considerar o número de habitantes do lado paraguaio da fronteira (também em torno de 90 mil habitantes).

De acordo aos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério de Trabalho e Emprego (BRASIL, 2021), em 2021, o município de Ponta Porã possuía 1.918 estabelecimentos econômicos, dos quais 36% é relacionado ao comércio, 29% relacionado ao setor de serviços, 26% são empreendimento ligados ao setor agropecuário, 5% está ligado as indústrias e 2,9% refere-se ao setor de construção civil, conforme podemos visualizar na Figura 1.

Figura 1. Distribuição percentual dos estabelecimentos econômicos.



Fonte: Elaborado com base nos dados do RAIS (2023).

⁵ Sobre esta temática, sugere-se a leitura de Lamberti e Martins (2010).



Em relação ao setor agropecuário, conforme os dados para 2017, o município de Ponta Porã é o segundo maior produtor de soja no estado de Mato Grosso do Sul, registrando uma produção de 656.270 toneladas, em uma área de 194.528 hectares, o que resultou em um valor monetário aproximado de R\$ 641.174.000,00. É importante destacar que, em relação ao número de estabelecimento dedicados à produção dessa oleaginosa, verificou-se que este município ocupa a primeira posição registrando um total de 1.192 empresas dedicadas à sojicultura, o que equivale à 17% dos estabelecimentos dedicados ao complexo soja no estado de Mato Grosso do Sul.

A realidade dessa dinâmica atual pode ser compreendida à luz da trajetória da formação econômica, social, política e institucional sintetizada⁶ no quadro a seguir.

Quadro 1. Cronologia da Dinâmica Territorial e Econômica do município de Ponta Porã

Período	Contexto histórico, econômico e institucional
1960	Declínio da atividade ervateira e expansão da soja; Inserção da porção sul do Mato Grosso (MT) na dinâmica do “Agronegócio”
1967	Criação da Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO I)
1970	Criação da Fazenda Itamarati; Expansão do comércio fronteiriço (Turismo de compras); Fluxo migratório (especialmente árabes) para Ponta Porã.
1977	Divisão do território e criação do Estado de Mato Grosso do Sul (MS)
1980	Intensificação da exportação de commodities e do setor agropecuário
1982	Instalação do campus da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) em Ponta Porã
1989	Implantação do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste (FCO)
1990	Instalação de Agroindústrias em Ponta Porã (Eximporã, /Ismael, Júnior Indústria Comércio de Óleos Vegetais); Expansão e novo boom do Turismo de Compras na Fronteira.
1991	Início das atividades da Universidad del Norte /UNINORTE (inicialmente com curso de enfermagem e odontologia)
1994	Inauguração do Hospital Regional; Criação da UEMS e da Unidade Universitária de Ponta Porã (UUPP) com a oferta do 1º vestibular para o curso de Administração com ênfase em Comércio Exterior.
1997	Criação do Museu da Erva Mate
2000	Instituição dos Planos Plurianuais (PPA's) em todas as esferas político-administrativas

⁶ Todo esforço de síntese não está imune às falhas uma vez que a escolha (sempre carregada de subjetividade) dos fatos econômicos, sociais e institucionais priorizados pode ter subtraído outros aspectos igualmente relevantes.



2001	Criação do Assentamento Itamarati.
2003	Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR); Criação do Curso de Ciências Econômicas/UEMS – Ponta Porã.
2005	Expansão das ofertas de cursos de Medicina em Pedro Juan Caballero; Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF), Sistema Integrado de Saúde das Fronteiras (SIS Fronteiras)
2006	Publicação do 1º Plano Diretor de Ponta Porã ⁷ . Criação do Curso de Ciências Contábeis/ UEMS – Ponta Porã.
2009	Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO II); Inauguração Usina Monte Verde- Grupo Bunge.
2010	Publicação do trabalho técnico Perspectivas para o Meio Ambiente Urbano: GEO Ponta Porã ⁸ Centro Internacional de Convenções Miguel Gomez.
2012	Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Estado de Mato Grosso do Sul – PDIF/MS.
2013	Lançamento do Parque Tecnológico Internacional de Ponta Porã/PTIN.
2014	Criação do PPGDRS
2017	Consolidação dos Planos de Desenvolvimento e Integração das Faixas de Fronteira (PDIFF)
2021	Inauguração da Estação Radar (projeto da Força Aérea Brasileira (FAB) para o controle do espaço aéreo na fronteira).

Fonte: Elaborado pelas autoras

A definição dos limites internacionais desta fronteira está intimamente relacionada ao conflito bélico ocorrido no século XIX, denominado por Doratioto (2002) de Maldita Guerra⁹, e contextualizada no cenário de disputas geopolíticas mundiais por recursos naturais que

⁷ Lei Complementar no. 031 de 10 de outubro de 2006. Disponível em: <http://www.pontapora.ms.gov.br/leis/35.pdf>

⁸ A metodologia GEO corresponde à Global Environment Outlook <https://unhabitat.org/perspectivas-para-o-meio-ambiente-urbano-geo-ponta-pora>

⁹ A definição do limite internacional entre as cidades de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero que inicialmente foi chamada de Punta Porã (CARDONA, 2008) foi resultado de uma das maiores e extensa guerras ocorridas na América do Sul, que ocorreu em terras paraguaias, a Guerra do Paraguai conhecida também como Guerra da Triple Alianza, na qual Argentina, Brasil e Uruguai entraram em conflito bélico contra o Paraguai (DORATIOTO, 2002). Este conflito ocorreu entre 1864 e 1870, e chegou ao seu fim no dia 1º de março de 1870 na localidade de Cerro Corá distante 35 quilômetros de Pedro Juan Caballero, quando o Mariscal Francisco Solano López, comandante das tropas paraguaias fora morto pelas tropas aliadas. Atualmente, este local leva o nome de Parque Nacional Cerro Corá e preserva à memória e a história desta trágica guerra, e tornou-se em um potencial turístico na região, atraindo pessoas de várias partes do mundo que buscam conhecer um pouco desta história paraguaia. As consequências deste do conflito bélico foram profundas principalmente na sociedade paraguaia, que registrou perdas humanas e materiais, além de perder parte do território que reivindicava. Estas terras passariam a ser chamada de terras devolutas e posteriormente seriam exploradas no ciclo da erva-mate, tanto no lado paraguaio como no lado brasileiro.



alimentavam e incluíam (ou excluía) territórios junto à lógica das Revoluções Industriais em curso¹⁰.

As feridas e incertezas deixadas pelo século anterior desaguaram no esforço de ocupação econômica e política desta porção oeste do então território mato-grossense e na promoção de Ponta Porã como capital de um território federal. Em 1940, foi elaborada uma proposta de divisão territorial do Brasil que considerava elementos físicos e também aspetos econômicos e sociais e o país foi dividido em 7 (sete) regiões, na qual a região chamada de central era integrada pelos estados de Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais. Na porção mato-grossense, registrava-se uma população rarefeita e a presença de empreendimentos econômicos chamados de “ilha de atividades econômicas” (ABREU, 2011, p.47). A atividade predominante, na porção sul do atual estado de MS, foi a exploração da erva-mate nativa, que era uma atividade voltada para a exportação, principalmente para o mercado platino.

O ciclo da erva-mate, enquanto primeiro ciclo econômico da região mescla-se com a formação deste território fronteiriço, pois foi a partir da exploração e comercialização dos ervais que se inicia um lento processo de adensamento populacional na região. Nesse contexto, destaca-se a presença de povos indígenas que habitavam a região, e que possuíam o conhecimento e as habilidades de uso e exploração dos ervais nativos. Cabe mencionar que esta região era rica em erva mate, cujo nome científico é *Ilex paraguariensis* (St. Hil.), também conhecida como “ka á” pelos povos indígenas que habitavam a região, e também por outras espécies de árvores como a peroba (CARDONA, 2008). Brand (1993) menciona que o território ocupado pelos povos indígenas da etnia guarani e kaiowá era abrangente e se expandia por todo o atual sul do Estado de Mato Grosso do Sul, ultrapassando as fronteiras e chegando até o Paraguai.

O processo de exploração da atividade ervateira não foi isento de violência, principalmente ao que se refere aos povos originários. Neste sentido, Pereira (2015) afirma que os povos indígenas guaranis e kaiowás foram expulsos de seus territórios originais para dar lugar a “frente de expansão” de exploração florestal, primeiramente, no processo de extração de erva mate, modelo que posteriormente seria substituído pela formação das primeiras fazendas na região dedicados à agricultura e pecuária. Atualmente estas grandes propriedades estão ocupadas com a plantação de soja, milho, cana-de-açúcar e outros produtos de commodities destinados à exportação.

¹⁰ Tratam-se da 1ª e 2ª Revolução Industrial.



Assim, para alguns autores como Brand (1993, 1997) e Pereira (2015) este processo de desapropriação de territórios tradicionais indígenas, chamados de “Tekoha” pelos próprios indígenas, foi legitimado por políticas de Estado que tinham por objetivo povoar e integrar as “áreas vazias” do território brasileiro, em especial as regiões centro-oeste do país. A área territorial que compõe a fronteira de Ponta Porã fazia parte desta região, que na época era chamada de região do extremo sul de Mato Grosso. Desta forma, o Estado pretendia integrar estes “espaços vazios” ao Brasil ao destinar ou conceder, arrendar as terras que pertenciam originalmente às comunidades guarani kaiowá para destiná-las à atividade econômica ervateira, e iniciar um processo de assimilação desta população “que deveriam aprender o português” evitar falar “o idioma de índio” e trabalhar nas atividades ervateiras (FERREIRA; CARMO, 2015).

Brand (1993 e 1997) afirma que foram criadas oito reservas indígenas na região sul do atual Estado de Mato Grosso do Sul na qual foram confinadas¹¹ as etnias guaranis kaiowá em sua maioria, e também indígenas da etnia terena, que na época encontrava-se trabalhando na construção da linha de telégrafo da região de Ponta Porã.

Assim como em outras áreas de ocorrência natural da erva-mate, esta atividade econômica de caráter extrativista teve um dinamismo que perdurou do final do XIX até a década de 1950 e 1960, quando a demanda internacional foi diminuindo e, conseqüentemente, as possibilidades de retorno financeiro passaram a ser decrescentes. Garavaglia (2008) menciona que este processo de exploração, beneficiamento e transporte de erva-mate demandada uma grande quantidade de força de trabalho. Desta forma a dinâmica extrativa ocupava uma expressiva população, principalmente indígenas e paraguaios. Paralelamente, foi fomentada, em menor escala, uma agricultura de subsistência e pecuária bovina sobretudo por gaúchos, que também se dedicaram na atividade ervateira “tanto para consumo próprio como para comércio” (QUEIROZ, 2008, p. 44).

Em relação à população que ocupou a região, Queiroz (2008) afirma que, no pós guerra da Tríplice Aliança, esta região recebeu contingentes de imigrantes paraguaios e posteriormente “numerosos migrantes brasileiros”, vindos de Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Rio Grande

¹¹ Brand (1993, 1997) dá o nome de confinamento, pois os indígenas guarani kaiowá que viviam em seus territórios com seus costumes e culturas foram confinados em pequenas áreas que em pouco tempo estavam super populosas, como é o caso hoje da Reserva Indígena de Dourados, que possui aproximadamente 15 mil pessoas vivendo em uma área de 3 mil hectares, com recursos naturais exauridos e pouca possibilidade de caça. Os indígenas que vivem hoje na reserva indígena de Dourados passam por dificuldades para se alimentarem e se reproduzirem material, cultural e espiritualmente.



do Sul¹². Neste contexto de ocupação, o comércio fronteiriço surgiu com a exportação de erva-mate para Argentina via Porto de Concepción e a importação de mercadorias que eram transportados pelas carroças que voltavam de Concepción (RAMIREZ, 2002).

Com o declínio da atividade ervateira a partir da segunda metade do século XX, o cultivo da soja e a produção pecuária foram sendo fortalecidos e estavam associados a um fluxo migratório principalmente de sulistas, atraídos para esta localidade pelo potencial agrícola. A disponibilidade de terras a custos menores além de outros fatores, como a fertilidade do solo e pouca declividade do terreno, atendia de maneira geral ao pacote tecnológico da Revolução Verde demandado pela sojicultura, que se baseia em um modelo de produção intensivo em capital com o uso de máquinas, equipamentos, tecnologia, insumos e agrotóxicos.

Terra (2010) assinala que a introdução da soja em solo sul-mato-grossense responde a um processo que já vinha acontecendo em algumas regiões do território brasileiro, como é o caso da região sul que passava por uma expansão da agricultura mecanizada na produção da soja, e que posteriormente resultaria em concentração de terras e na “expulsão de numerosos contingentes populacionais da zona rural” para as áreas urbanas ou até mesmo para outras regiões do país (TERRA, 2010, p. 179). Além disso, neste processo também é necessário mencionar o contexto internacional e a demanda destas commodities no mercado externo, que na época, considerando a lei da oferta e demanda, oferecia preços atrativos para cada tonelada de soja exportada. Todos esses fatores contribuíram para a introdução e a expansão da soja no município de Ponta Porã.

A expansão da Marcha para o Oeste¹³ não ocorreu pelas livres forças do mercado. O planejamento público foi fomentador desta nova dinâmica territorial, especialmente através da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO).

Portanto, datam das últimas décadas do século XX, as bases materiais e institucionais para a “vocação” produtiva local. Em se tratando da realidade urbana, a condição de fronteira

¹² O ciclo econômico da erva-mate desta região inicia-se oficialmente em 1882, quando Thomaz Laranjeira obteve a concessão para exploração e comercialização deste produto, esta concessão de acordo com Corrêa Filho *apud* Fernandes (2015) foi no sistema de arrendamento, que por sua vez “contemplava de uma extensa área de terras devolutas situadas na faixa de fronteira com a República do Paraguai” (FERNANDES, 2015, p. 1 *apud* CORRÊA FILHO, 1925). Pensando em uma economia colonial este produto era comercializado para a Argentina, que era o principal mercado deste tipo de produto na época.

¹³ A “Marcha para o Oeste” correspondeu ao Programa de Colonização da porção Oeste do Brasil promovido pelo então Governo de Getúlio Vargas. O programa materializou-se na criação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás em 1941, da Colônia Agrícola de Dourados, em 1943 e da Fundação Brasil Central, em 1943. Sobre este tema sugere-se a leitura de Abreu (2001).



internacional adiciona a possibilidade do turismo de compras e a presença de Instituições de Ensino Superior. Do lado brasileiro, destaca-se a instalação de campus universitários públicos (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/UFMS em 1982 e Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS em 1994) e do lado paraguaio, pela oferta de cursos da área da saúde por instituições privadas.

As primeiras décadas do século XXI inauguraram a urgência do planejamento público tanto na escala nacional e estadual, como municipal agora viabilizado, entre outros fatores, pela expectativa da manutenção da estabilidade monetária conquistada no final dos anos de 1990 e pelas exigências da Constituição Federal de 1988. Os Planos Plurianuais (PPA's) passam a ser efetivamente e legalmente exigidos, bem como a temática do desenvolvimento passa a ser objeto de política nacional. A questão agrária e latifundiária não poderia ficar à margem desse planejamento, e em Ponta Porã, é instalado um dos maiores assentamentos rurais naquela (Fazenda Itamarati) que outrora havia sido referência nacional na produção de soja e algodão.

Neste ambiente político e econômico, a expansão dos cursos de graduação da UEMS no município, por meio da oferta dos Cursos de Ciências Econômicas e Ciências Contábeis, acompanhou o novo cenário tanto do ponto de vista público como privado. A construção e institucionalização do Primeiro Plano Diretor de Ponta Porã, a expansão da oferta de cursos de medicina do lado paraguaio da fronteira e a instalação de uma Usina de açúcar e álcool ilustram os desafios e as novas demandas em se tratando de planejamento regional e local. Portanto, não é coincidência que é publicado o Plano de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF) e reinaugurada a SUDECO (II).

A primeira década do século XXI é coroada com a publicação de um Relatório financiado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e Ministério das Cidades. Ponta Porã foi uma das 04 (quatro) cidades brasileiras que receberam recursos para realizar o diagnóstico do meio ambiente urbano a partir de uma metodologia específica. O relatório "Perspectivas para o Meio Ambiente Urbano: GEO Ponta Porã" formalizou a preocupação ambiental e da sustentabilidade na agenda do planejamento público local.

Os elementos da chamada Revolução 4.0 foram incorporados ao território também pela criação do Parque Tecnológico Internacional de Ponta Porã (PTIN)¹⁴ e pelo início da oferta do

¹⁴ A partir de 2010, alguns atores políticos e econômicos se aproximaram em torno da proposta de implantação de um Parque Tecnológico Internacional no território da "Princesinha dos Ervais" que foi



PPGDRS. Inovação, tecnologia e conhecimento passam a fazer parte da agenda de discussões e pesquisas locais.

A fronteira e o desenvolvimento regional através da produção do PPGDRS

É a riqueza e a conexão geoeconômica desta fronteira que embalou a oferta, a partir de 2014, pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos (PPGDRS)¹⁵ na Unidade Universitária de Ponta Porã com o objetivo de promover pesquisas e projetos nas áreas de Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos.

A formação e experiência dos docentes que atuam no programa corresponde às áreas das Ciências Sociais Aplicadas (Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Turismo) e Ciências Humanas (Ciências Sociais e Geografia) cujas especializações gravitam em torno dos grupos de investigação dos quais são membros, a saber: Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento e Agronegócios (GPD&A); Grupo Permanente de Trabalho e Pesquisa sobre Alternativas para o Desenvolvimento/UEMS; Grupo de Estudos em Turismo, Hospitalidade e Sustentabilidade (GESTHOS); **Organizações, Governo e Sociedade (OGS)**; **Grupo de Estudos de Disparidades Socioeconômicas (GEDAIS)**; Grupo de Pesquisa em Tecnologia, Território e Redes (GTTER), Grupo de Estudos em Fronteira, Turismo, Território e Região (GEFRONTTER) e Grupo de Pesquisa Crescimento Econômico e Desenvolvimento Regional.

Do ponto de vista dos discentes, os 87 (oitenta e sete) candidatos aprovados nos processos seletivos¹⁶, estão distribuídos em 19 (dezenove) áreas de formação.

Já foram concluídas 58 (cinquenta e oito)¹⁷ pesquisas cujos egressos são de várias áreas do conhecimento (Ciências Humanas, Sociais Aplicadas, Arquitetura e Engenharias, da Saúde, Biológicas, da Terra) e de atuação profissional e estão distribuídas nas duas linhas de

planejado em cinco fases. Em 2013, ocorreu a criação do PTIn (primeira fase). A implantação está prevista (construção e inauguração física) para ocorrer até final de 2023. A terceira fase (efetivação e maturação) deve ser finalizada até o ano de 2025. A consolidação (potencializar as vocações e orientar o crescimento para as novas tendências) deve ocorrer até 2028 e a integração por tecnologia e inovação em toda região de fronteira (5ª e última fase) a partir de 2028.

¹⁵ http://www.uems.br/pos_graduacao/detalhes/desenvolvimento-regional-e-de-sistemas-produtivos-ponta-pora-mestrado-academico.

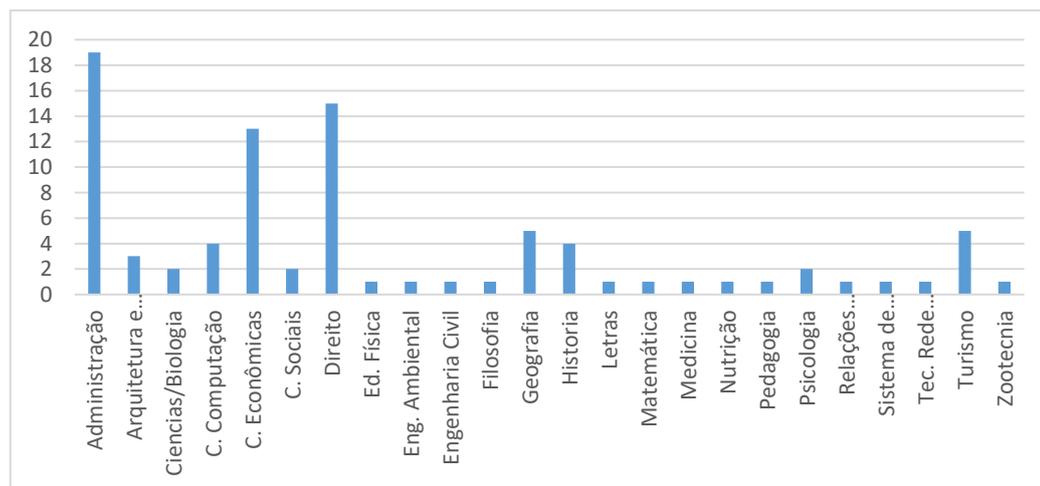
¹⁶ Já foram realizados nove processos seletivos até o ano de 2022.

¹⁷ Até o mês de abril de 2023.



pesquisa. No processo seletivo, não há restrição de área de formação dos candidatos, contudo, há a predominância de pesquisadores da área de Ciências Sociais Aplicadas, ou seja, de Administração, Economia, Direito e Turismo (aproximadamente 60%).

Figura 2. Áreas de formação dos candidatos do PPGDRS



Fonte: Elaborado pelas autoras

Outro diagnóstico é sobre a origem geográfica desses pesquisadores. Como mostra a figura a seguir, a atratividade do curso concentra-se, em sua maioria, nos municípios próximos à Ponta Porã, alguns da capital do Estado e registra-se um discente do município de Paranaíba. Em 2021, ingressou junto ao Programa um estudante de Cabo Verde (África) e em 2023, uma pesquisadora do Haiti, o que tem promovido a experiência de internacionalização para além dos limites da América do Sul¹⁸.

A linha de pesquisa intitulada Sistemas Produtivos gerou 22 trabalhos e a de Dinâmicas do Desenvolvimento Regional promoveu 36 pesquisas. A contribuição da perspectiva dos Sistemas Produtivos esteve vinculada aos trabalhos que versaram sobre mecanização agrícola e tecnologias no campo, cadeia produtiva da erva mate, governança turística, produção leiteira, compras públicas, educação e robótica, culinária da fronteira, energia renovável, educação profissional, rota bioceânica, destinos turísticos inteligentes e produção do espaço urbano. Em torno da linha de pesquisa do Desenvolvimento Regional, as pesquisas enfatizaram as seguintes temáticas: cultura, música, industrialização do território sul-mato-

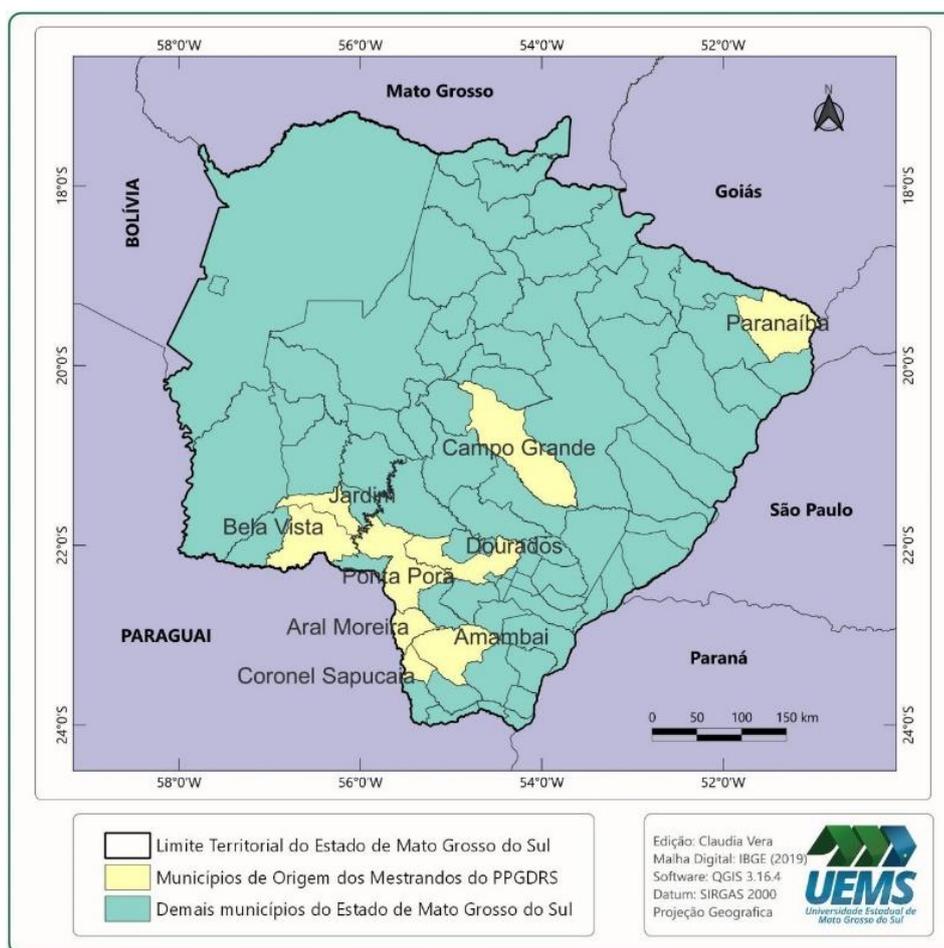
¹⁸ Outras experiências de internacionalização vivenciadas, até o momento, pelo PPGDRS, correspondeu à participação de discentes em projetos de mobilidade internacional com destino à Argentina.



grossense, planejamento público e privado do turismo, economia criativa e solidária, sustentabilidade, direitos das comunidades indígenas, direito à cidade, agricultura familiar e reforma agrária, papel da extensão universitária, gerencialismo, inovação e empreendedorismo.

Para compreender a importância e contribuição dessas publicações através das suas temáticas, elas foram sistematizadas em cinco grupos a partir do seu objeto e palavras-chaves, a saber: Atividades produtivas; Viabilidade econômica; História & Cultura & Sociedade; Políticas Públicas & Indicadores & Sustentabilidade e Tecnologia & Educação¹⁹.

Figura 3. Origem dos discentes



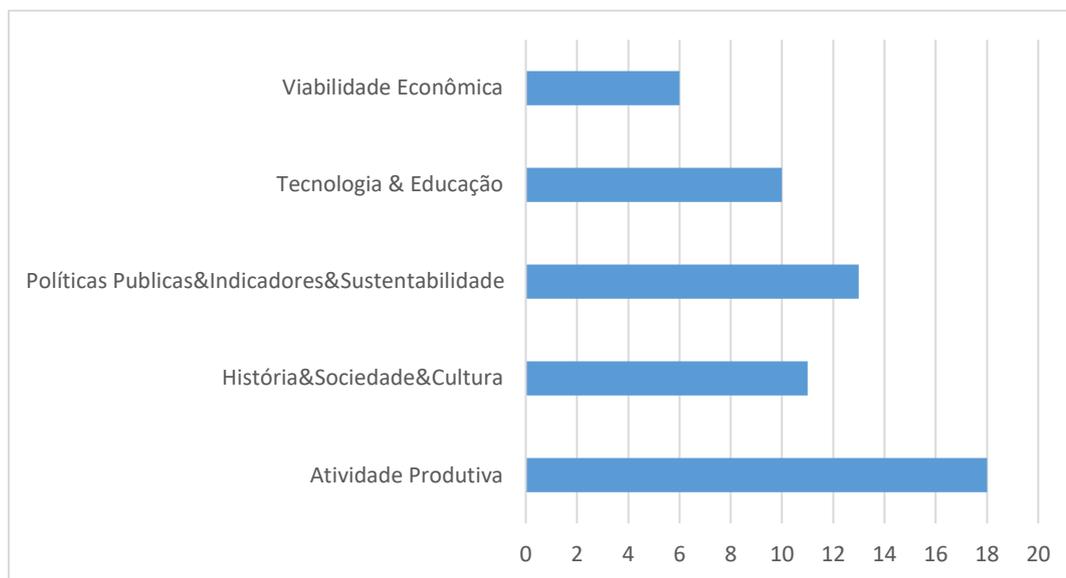
¹⁹ As dissertações estão disponíveis em:

https://portal.uems.br/pos_graduacao/detalhes/desenvolvimento-regional-e-de-sistemas-produtivos-ponta-pora-mestrado-academico/teses_dissertacoes



Fonte: Elaborado pelas autoras

Figura 4. Número de dissertações por grupo temático



Fonte: Elaborado pelas autoras.

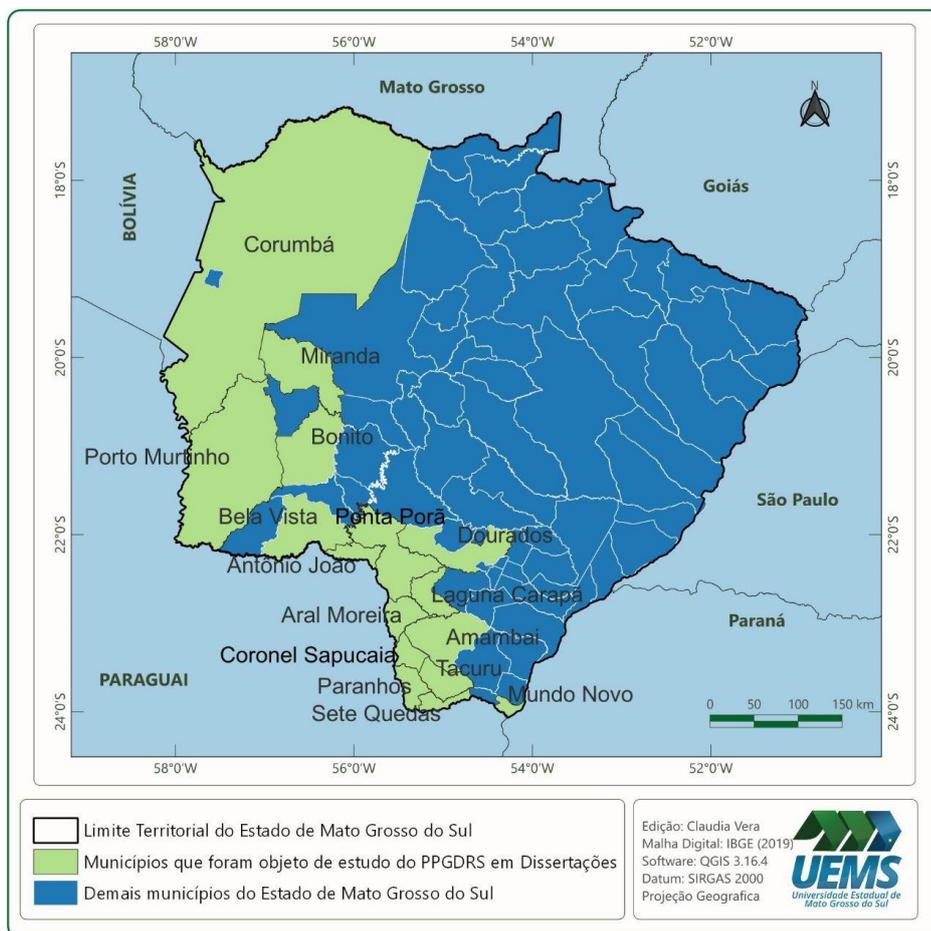
Como mostra a figura 4, os trabalhos dedicados à análise das potencialidades das atividades produtivas locais corresponderam a 31% das pesquisas, na sequência, tem-se as reflexões científicas destinadas aos temas convergentes às Políticas Públicas, Indicadores e Sustentabilidade (22%). Os aspectos históricos, culturas e sociais envolveram 19% das dissertações. Os temas relacionados à Tecnologia e Educação, e Viabilidade Econômica absorveram 28% das preocupações científicas.

A abrangência e a delimitação geográfica das temáticas estudadas correspondem à posição estratégica da Unidade Universitária de Ponta Porã (UUPP) e envolvem o território fronteiriço sul-mato-grossense para além de Ponta Porã e do Paraguai: Corumbá, Porto Murtinho, Amambai, Aral Moreira, Bela Vista, Mundo Novo, Paranhos, Miranda, entre outros municípios que compõe a faixa de fronteira de MS, conforme podemos observar na Figura 5.

A ênfase na realidade dos municípios da microrregião de Dourados esteve presente em 02 (duas) dissertações, e a abrangência de Mato Grosso do Sul em 13 (treze). Destaca-se que o Paraguai e suas especificidades foram tratadas em uma dissertação. Recentemente, uma pesquisa sobre a realidade de Cabo Verde (África) ampliou a internacionalização dos horizontes de pesquisa.



Figura 5. Abrangência territorial das temáticas pesquisadas



Fonte: Elaborado pelas autoras

Das 58 dissertações, 24 se debruçaram especificamente sobre temáticas da realidade fronteiriça de Ponta Porã e corroboram com a cronologia anteriormente apresentada bem como adicionam diferentes perspectivas para a dinâmica local. Para a construção do quadro a seguir, optou-se em classificar as pesquisas a partir de temáticas gerais (12 no total) capazes de expressar vínculos com a cronologia da dinâmica territorial de Ponta Porã.



Quadro 2. Temáticas pesquisadas sobre Ponta Porã/MS

Temáticas	Título da Dissertação
Agricultura Familiar	AGRICULTURA FAMILIAR E SEUS IMPACTOS: O CASO DO ASSENTAMENTO ITAMARATI I
	PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA INTEGRADA E SUSTENTÁVEL (PAIS): INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE PARA A AGRICULTURA FAMILIAR –UM ESTUDO MULTICASO
	POR OUTRO DESENVOLVIMENTO: UMA ABORDAGEM DA MENTALIDADE SOCIOECONÔMICA DO NÚCLEO DE RESISTÊNCIA ELDORADO DOS CARAJÁS
	PLURALIDADE NO SETOR RURAL DE MATO GROSSO DO SUL: UMA ANÁLISE DAS OCUPAÇÕES EM ATIVIDADES AGRÍCOLAS E NÃO-AGRÍCOLAS DE FAMÍLIAS ASSENTADAS
	DINÂMICAS DE CONSTRUÇÃO DAS CADEIAS CURTAS AGROALIMENTARES DA PRODUÇÃO ORGÂNICA NA AGRICULTURA FAMILIAR
Atividade ervateira	INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DA ERVA-MATE COMO ESTRATÉGIA PARA ARTICULAÇÃO DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
Cultura	A MÚSICA COMO INDUTORA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL
	A CULINÁRIA TÍPICA DA FRONTEIRA: A CHIPA COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO LOCAL
	CULTURA ÁRABE NA FRONTEIRA DE PONTA PORÃ (MS) E PEDRO JUAN CABALLERO (PY): ORIGENS, HISTÓRIAS E CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL
Educação e o papel das Universidades	ESTUDANTES DE MEDICINA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA FRONTEIRA: um olhar sobre as cidades gêmeas de Ponta Porã-BR e Pedro Juan Caballero-PY
	A UNIVERSIDADE COMO INDUTORA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL/LOCAL: AS AÇÕES EXTENSIONISTAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE PONTA PORÃ
	O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE PONTA PORÃ E ÁREA DE ABRANGÊNCIA
Estudos Etnobotânicos	MÚLTIPLAS FUNÇÕES DAS PLANTAS MEDICINAIS: UM ESTUDO ETNOBOTÂNICO NOS DISTRITOS DE SANGA PUITÃ-BR E ZANJA PYTÃ-PY
Guerra da Tríplice Aliança	GUERRA GUAÇU – CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS: UM ESTUDO HISTORIOGRÁFICO E DE CAMPO NA REGIÃO DE FRONTEIRA
Indicadores socioeconômicos	A DINÂMICA DO DESENVOLVIMENTO NOS MUNICÍPIOS DA FAIXA DE FRONTEIRA SUL-MATOGROSSENSE: UMA DISCUSSÃO A PARTIR DOS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS
	POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE A POBREZA: A PERCEPÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA FRONTEIRA DE MATO GROSSO DO SUL COM O PARAGUAI
Indústria	A LEI DE MAQUILA E A DINÂMICA PRODUTIVA NO TERRITÓRIO FRONTEIRIÇO DE PONTA PORÃ (BRASIL) E PEDRO JUAN CABALLERO (PARAGUAI): NOVOS ESPAÇOS INDUSTRIAIS
Meio ambiente e sustentabilidade	GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA BENS COMUNS EM TERRITÓRIO FRONTEIRIÇO: o caso de Ponta Porã (BR) e Pedro Juan Caballero (PY)
	PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DAS CIDADES GÊMEAS DE PONTA PORÃ (BR) E PEDRO JUAN CABALLERO (PY) SOB ASPECTO DO DIREITO À CIDADE



População carcerária	MULHERES QUE IMPORTAM: UMA ETNOGRAFIA EM UM PRESÍDIO DE PONTA PORÃ – MATO GROSSO DO SUL
Tecnologia	INSTITUIÇÕES E ADOÇÃO DE TECNOLOGIAS NO CAMPO
	ROBÓTICA EDUCACIONAL EM PONTA PORÃMS: PERSPECTIVAS AO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO LOCAL
Turismo	ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DE TURISMO EM PONTA PORÃ-MS: UMA PROPOSTA PARA O DESENVOLVIMENTO FRONTEIRIÇO
	DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE: CONEXÕES COM O TURISMO NA FRONTEIRA DE PONTA PORÃ (BRASIL) E PEDRO JUAN CABALLERO (PARAGUAI)

Fonte: Elaborado pelas autoras

A relação da terra e a produção agrícola está presente em 06 dissertações que dialogam com questões atinentes à agricultura familiar, agroecologia, produção orgânica, a erva-mate e as plantas medicinais (temáticas Agricultura Familiar, Atividade Ervateira e Estudos Etnobotânicos).

A riqueza cultural da fronteira foi enaltecida por meio da música, da culinária e das oportunidades que o sistema turístico pode proporcionar através do capital histórico local (temáticas Cultura e Turismo).

A educação e a tecnologia se entrelaçam em outras 05 produções que buscaram comprovar a importância do Ensino Superior para a transformação qualitativa da realidade local (temáticas Educação e o papel das Universidades, Tecnologia).

O meio ambiente e a sustentabilidade (temática com o mesmo título), presente de forma indireta em outras pesquisas, estão destacados como roteiro investigativo em pesquisas que buscaram discutir os desafios da gestão ambiental neste território binacional e a urgência da democratização do espaço urbano.

Aspectos intimamente econômicos estão presentes nas pesquisas que discutiram as fragilidades e as diferentes formas de pobreza presentes na faixa de fronteira através dos indicadores sociais e econômicos, e na abordagem de integração econômica por meio da industrialização maquiladora (temática Indicadores Socioeconomicos, Indústria e Lei de Maquila).

A realidade carcerária da população feminina foi discutida por meio da etnografia e indicou a necessidade de novas pesquisas em torno da chamada economia do crime (temática População Carcerária).

Para finalizar esse passeio científico, destacamos o trabalho cuja temática foi o ponto de partida para a breve compreensão dos elementos que fomentaram a trajetória da dinâmica territorial e econômica de Ponta Porã: Guerra Guaçu ou Guerra da Tríplice Aliança. Este



conflito bélico, que tem vários títulos e versões, indiscutivelmente, deixou cicatrizes e ensinamentos para a população fronteiriça e influenciou o desenvolvimento regional.

Passado, presente e futuro se conectam por meio da produção científica possibilitada no âmbito do PPGDRS.

Considerações Finais

Em uma década de existência, o PPGDRS promoveu aproximadamente 60 (sessenta) pesquisas e formou a especialização de um capital intelectual em áreas de conhecimento distintas. A importância dessa produção científica, materializada não apenas nas dissertações, mas nas demais formas de expressão do conhecimento que estão inseridas na atuação profissional dos egressos seja na iniciativa pública como privada, comprova a riqueza da fronteira sul-mato-grossense.

Este texto contribui também para renovar os olhares para o território fronteiriço e para além dos aspectos de segurança pública que são também extremamente relevantes. Contudo, desmistificar este território enquanto “terra sem lei” é necessário.

O percurso histórico proposto indicou a relação das atividades produtivas com os elementos históricos e os determinantes do planejamento público e privado. Cultura e tradições, tecnologia e meio ambiente, educação e sustentabilidade se fazem presentes seja nas reflexões científicas seja na trajetória institucional do município. A quinta maior cidade de Mato Grosso do Sul se renova através das suas potencialidades e se mostra uma agenda de pesquisa em constante expansão.

Referencias

ABREU, Silvana. Planejamento Governamental: a Sudeco no espaço mato-grossense. Contexto, propósitos e contradições. São Paulo: USP, 2001. (Tese de Doutorado). Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-28022002-232232/pt-br.php>

ALBANEZ, Jocimar Lomba. Ervais em Queda: transformações no campo no extremo-sul de Mato Grosso (1940-1970). Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/1804>.

BRAND, Antônio. O confinamento e seu impacto sobre os Pãi/Kaiowá. 1993. Dissertação (Mestrado em História) – PUC/RS, Porto Alegre, 1993.



BRAND, Antônio. O impacto da perda da terra sobre a tradição kaiowá/guarani: os difíceis caminhos da palavra. Tese (Doutorado em História) – PUC/RS, Porto Alegre, 1997.

BRASIL. Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Ministério do Emprego e Trabalho. Estabelecimentos econômicos em 2021. Disponível em: <<http://www.rais.gov.br>> Acesso em: 15/05/2023.

CARDONA BENÍTEZ, Sacha Aníbal. A la sombra de los perobales. Historia de un poblado de Punta Porã – Génesis de dos ciudades 1870-1902. Imprensa Salesiana. Paraguai:2008.

DORATIOTO, Francisco. Maldita Guerra: Nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FERNANDES, J. A. A Produção de Erva-Mate na Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), Antigo Sul de Mato Grosso (1943 a 1965). Anais XXVIII Simpósio Nacional de História. 27 a 31 de julho, 2015. Florianópolis, SC.

FERREIRA, Eva Maria Luiz; CARMO, Gustavo Costa. A mão de obra kaiowá e guarani na colonização no antigo sul de Mato Grosso p. 359-367. CHAMORRO, G. COMBÊS, I. Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015. 934 pp.

GARAVAGLIA, Juan Carlos. Mercado interno y economía colonial: tres siglos de historia de la yerba mate. 2ª ed. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades e Estados. Mato Grosso do Sul. Disponível em:< <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ms/>> Acesso em 02/05/2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades e Estados. Mato Grosso do Sul. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/panorama>> Acesso em 02/05/2023.

IBGE. Ponta Porã. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ms/ponta-pora.html>> Acesso em 09/05/2023.

IBGE. SIDRA. Produto Interno Bruto dos Municípios. Anos 2020. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5938>> Acesso em 04/05/2023.

LAMBERTI, Eliana. MARTINS, Patrícia Cristina Statella. Reexportação e Turismo de Compras na fronteira: o caso das cidades-gêmeas Pedro Juan Caballero (Paraguai) e Ponta Porã (Brasil)]. Pelotas: Editora Universitária/UFPEL, 2010. (Série: Fronteiras da Integração).

LE BOURLEGAT, Cleonice Alexandre. Mato Grosso do Sul e Campo Grande: articulações espaço-temporais. Presidente Prudente: 2000. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/127532>



MACHADO, Lia Osório. Estado, territorialidade, redes. Cidades gêmeas na zona de fronteira sul-americana. In: Silveira, M.L. (org). Continente em Chamas. Globalização e território na América Latina. Civilização Brasileira. 2005.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado. Agroindústria e Reprodução do Espaço. Campo Grande: UFMS, [S.d.]. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/000742343>

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado. Tipologia das relações fronteiriças: elementos para o debate teórico-práticos. In: OLIVEIRA, T. C. M. de (Org.). Territórios sem limites: estudos sobre fronteiras. Campo Grande: UFMS, 2005. p. 377-408.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado. Perspectivas para o meio ambiente urbano: GEO Ponta Porã. Mato Grosso do Sul, Campo Grande: [s.n.], 2010.

PEREIRA, Levi Marques. A Reserva Indígena de Dourados: a atuação do Estado brasileiro de o surgimento de figurações indígenas multiétnicas. p. 781-794. IN: CHAMORRO, G. COMBÊS, I. Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015. 934 pp.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Articulações Econômicas e Vias de Comunicação do Antigo Sul de Mato Grosso (Séculos XIX E XX). In: LAMOSA, L. (Org.). Transportes e políticas públicas em Mato Grosso do Sul, Dourados, MS: Editora da UFGD, 2008.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Mato Grosso / Mato Grosso do Sul: divisionismo e identidades. Dourados: UFGD, 2006.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Vias de comunicação e articulações econômicas do antigo sul de Mato Grosso (séculos XIX e XX): notas para discussão. Dourados: UFGD, 2006.

RAMÍREZ, Julio. Amambay: evolución eonómica y potencialidades turísticas. In: BORDA, M.; MAIS, F. Economías Regionles y Desarrollo Territorial. CADEP, 2002.

RICHETTI, Alceu; GARCIA, Rodrigo Arroyo; FERREIRA, Luiz Eliezer Alves da Gama. Custos de Produção de Soja e Milho Safrinha em Ponta Porã, MS, para a Safra 2016/2017. Disponível em: <<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1065541/1/COT2017222ATU AL.pdf>> Acesso em 15/05/2023.

SILVA, Walter Guedes da. SILVA, Paulo Fernando Jurado da (Org.). Mato Grosso do Sul no início do século XXI: as múltiplas escalas do desenvolvimento. Campo Grande, MS: Life Editora, 2017.

TERRA, Ademir. O Assentamento Itamarati no contexto dos megaempreendimentos em território sul-mato-grossense. Campo-território: Revista de Geografia Agrária, v. 5, n. 9, p. 166-202, fev., 2010.